

IURD E REPUBLICANOS: RELIGIÃO, PODER E EXPANSÃO POLÍTICO-ELEITORAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

IURD AND REPUBLICANOS: RELIGION, POWER AND POLITICAL-ELECTORAL EXPANSION IN CONTEMPORARY BRAZIL

IURD Y REPUBLICANOS: RELIGIÓN, PODER Y EXPANSIÓN POLÍTICO-ELECTORAL EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

Wilson Corrêa Borges¹
Amanda Ferreira Gomide²
Aldovano Dantas Barbosa³
Alcides Mariano Ribeiro⁴

RESUMO: Este artigo analisa a atuação político-eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) por meio de sua articulação com o partido Republicanos no Brasil contemporâneo. O objetivo é examinar de que modo essa aproximação contribuiu para a expansão institucional da legenda e para a consolidação de uma modalidade específica de presença religiosa na política partidária brasileira. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza histórico-analítica e documental, articulada à sistematização de dados eleitorais e à análise discursiva. O corpus reúne dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), documentos partidários, obras institucionais da IURD, registros públicos e fontes complementares de contextualização histórica e política. O trabalho dialoga principalmente com Mariano (2005), Oro (2003a; 2003b), Bourdieu (1989; 2007), Foucault (1999), Schmitt (2009) e Mouffe (2015), além de literatura recente sobre religião, política e reconfiguração da direita brasileira. Os resultados apontam

1

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Goiás (2024-2026). Licenciado em História pela Universidade Estadual de Goiás (2000) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (1986). Professor efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Goiás.

² Doutoranda, Mestra em Educação e graduada em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Possui também licenciatura em Pedagogia. Desenvolveu sua trajetória acadêmica articulando ensino, pesquisa e formação acadêmica, com atuação na orientação de pesquisadores e na produção científica. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) por quatro anos, desenvolvendo projetos educacionais, culturais, sociais e artísticos em escolas públicas de Uberaba (MG). Possui experiência na Educação Básica como professora de História, Patrimônio Cultural e Educadora Social. Atua como mentora acadêmica, orientando pesquisadores de graduação, especialização, mestrado e doutorado em diferentes áreas do conhecimento, com atuação em pesquisas nas áreas de Educação, Psicologia, Linguística, Letras, Direito, Administração, Administração Pública, Inovação, Engenharia de Produção, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e Geografia. Desenvolve pesquisas com ênfase em Educação, Educação Patrimonial, políticas públicas educacionais, inclusão, relações étnico-raciais, formação de professores, currículos, metodologias de pesquisa e práticas pedagógicas. É parecerista ad hoc da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (Revista ABPN).

³ Doutor e Mestre em Serviço Social, todos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP Franca), Mestre em Educação pela UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), atualmente Doutorando em Educação pela UFTM. Tem experiência na área de Serviço Social, Educação (USP/Ribeirão Preto), Filosofia e Sociologia com ênfase em Educação Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, Marxismo, Educação, Capacitação, Neoliberalismo e Leitura Crítica comparada entre Brasil e países da América Latina, especialmente Cuba - colaborador com a Universidade de Havana-, Venezuela e Bolívia.

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2022-2026); Mestre em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2021); Pós-graduação em Gestão Escolar: Orientação E Supervisão (2020); Pós-graduação em Metodologia do Ensino de História e Geografia (2018); Graduação em Educação Física (2021); Graduação em Pedagogia (2020); e, Graduação em História (2011).

crescimento relevante do Republicanos entre 2006 e 2022, expresso no aumento de mandatos legislativos, votos para cargos proporcionais e executivos, filiações e presença municipal. A análise também indica convergência entre mobilização religiosa, organização partidária e repertórios discursivos de antagonismo político, sobretudo no contexto posterior a 2016. Conclui-se que os dados indicam forte associação entre capilaridade religiosa, estrutura partidária e desempenho eleitoral; ainda assim, a relação entre IURD e Republicanos configura construção político-institucional complexa, distante de qualquer controle mecânico ou linear.

Palavras-chave: IURD. Republicanos. Religião e política. Neopentecostalismo. Direita brasileira.

ABSTRACT: This article analyzes the political-electoral activity of the Universal Church of the Kingdom of God (Igreja Universal do Reino de Deus – IURD) through its articulation with the Republicanos party in contemporary Brazil. The objective is to examine how this relationship contributed to the institutional expansion of the party and to the consolidation of a specific form of religious presence in Brazilian party politics. Methodologically, this is a qualitative, historical-analytical and documentary study, combined with the systematization of electoral data and discourse analysis. The corpus includes data from the Superior Electoral Court (Tribunal Superior Eleitoral – TSE), information from the Inter-Union Department of Parliamentary Advisory (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP), party documents, institutional works of the IURD, public records and complementary sources for historical and political contextualization. The study mainly engages with Mariano (2005), Oro (2003a; 2003b), Bourdieu (1989; 2007), Foucault (1999), Schmitt (2009) and Mouffe (2015), as well as recent literature on religion, politics and the reconfiguration of the Brazilian right. The results indicate significant growth of Republicanos between 2006 and 2022, reflected in the increase in legislative seats, votes for proportional and executive offices, party affiliations and municipal presence. The analysis also points to the convergence between religious mobilization, party organization and discursive repertoires of political antagonism, especially after 2016. It concludes that the data indicate a strong association between religious capillarity, party structure and electoral performance; nevertheless, the relationship between IURD and Republicanos constitutes a complex political-institutional construction, distant from any mechanical or linear control.

Keywords: IURD. Republicanos. Religion and politics. Neo-Pentecostalism. Brazilian right.

RESUMEN: Este artículo analiza la actuación político-electoral de la Iglesia Universal del Reino de Dios (Igreja Universal do Reino de Deus – IURD) por medio de su articulación con el partido Republicanos en el Brasil contemporáneo. El objetivo consiste en examinar cómo esta aproximación contribuyó a la expansión institucional de la organización partidaria y a la consolidación de una modalidad específica de presencia religiosa en la política partidaria brasileña. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter histórico-analítico y documental, articulada a la sistematización de datos electorales y al análisis discursivo. El corpus reúne datos del Tribunal Superior Electoral (Tribunal Superior Eleitoral – TSE), informaciones del Departamento Intersindical de Asesoría Parlamentaria (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP), documentos partidarios, obras institucionales de la IURD, registros públicos y fuentes complementarias de

contextualización histórica y política. El trabajo dialoga principalmente con Mariano (2005), Oro (2003a; 2003b), Bourdieu (1989; 2007), Foucault (1999), Schmitt (2009) y Mouffe (2015), además de literatura reciente sobre religión, política y reconfiguración de la derecha brasileña. Los resultados indican un crecimiento relevante de Republicanos entre 2006 y 2022, expresado en el aumento de mandatos legislativos, votos para cargos proporcionales y ejecutivos, afiliaciones y presencia municipal. El análisis también señala la convergencia entre movilización religiosa, organización partidaria y repertorios discursivos de antagonismo político, especialmente después de 2016. Se concluye que los datos indican una fuerte asociación entre capilaridad religiosa, estructura partidaria y desempeño electoral; aun así, la relación entre IURD y Republicanos constituye una construcción político-institucional compleja, distante de cualquier control mecánico o lineal.

Palabras clave: IURD. Republicanos. Religión y política. Neopentecostalismo. Derecha brasileña.

1 INTRODUÇÃO

As relações entre religião e política assumiram centralidade crescente na interpretação do Brasil contemporâneo, sobretudo diante da ampliação da presença evangélica nos espaços de representação institucional. Nesse campo, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) ocupa posição analítica relevante por combinar capilaridade territorial, comunicação de massa, produção editorial, assistência social, disciplina organizacional e participação recorrente em disputas eleitorais. O neopentecostalismo brasileiro, especialmente no caso da IURD, desenvolveu formas próprias de inserção pública, nas quais expansão religiosa, autoridade simbólica e representação político-partidária se articulam de maneira historicamente situada (Mariano, 2005; Oro, 2003a, 2003b).

Diante desse cenário, este artigo toma como objeto de análise a relação entre a IURD e o Republicanos, partido registrado em 2005 como Partido Municipalista Renovador (PMR), posteriormente denominado Partido Republicano Brasileiro (PRB) e, desde 2019, Republicanos. O problema de pesquisa orienta-se pela seguinte questão: de que modo a articulação entre IURD e Republicanos contribuiu para a expansão eleitoral da legenda e para a consolidação de uma forma específica de presença religiosa no Estado brasileiro? A relevância da reside na possibilidade de deslocar a análise de afirmações genéricas sobre o “poder religioso” para a observação de indicadores eleitorais, estratégias institucionais e repertórios discursivos mobilizados no campo político.

A hipótese de trabalho sustenta que o Republicanos se beneficiou da articulação entre capilaridade religiosa, organização partidária, visibilidade pública e adaptação ao cenário político nacional. Essa articulação, todavia, não se configura como uma relação automática de controle institucional. Sob o prisma analítico, trata-se de uma convergência entre interesses religiosos, oportunidades eleitorais, redes de sociabilidade e reconfigurações mais amplas da direita brasileira após 2016 (Cepêda, 2018; Rocha, 2021; Borges, 2023; Cassimiro; Lynch, 2022; Rocha, 2023).

O objetivo geral é analisar a expansão político-eleitoral do Republicanos em articulação com a atuação pública da IURD entre 2006 e 2022, com atenção especial ao período posterior a 2016. Como objetivos específicos, busca-se: examinar o crescimento do partido em diferentes esferas eleitorais; identificar elementos de sua estrutura municipal e de sua presença na bancada evangélica; e discutir de que modo a linguagem do antagonismo político foi incorporada à atuação pública de atores religiosos e partidários. A investigação justifica-se pela necessidade de analisar, com base empírica e cautela interpretativa, um fenômeno que incide diretamente nos debates sobre laicidade, pluralismo democrático e representação política no Brasil.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórico-analítica e documental, articulada à sistematização longitudinal de dados eleitorais. O corpus inclui dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), documentos partidários, obras institucionais da IURD, registros públicos e fontes complementares de contextualização histórica e política. O texto está organizado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica, que mobiliza contribuições da Sociologia da Religião, da História Política e da teoria política contemporânea. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos. A seção de resultados e discussões articula dados eleitorais e partidários à interpretação do fenômeno. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e indicam possibilidades de aprofundamento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste artigo articula contribuições da Sociologia da Religião, da História Política e da teoria política contemporânea. A relação entre IURD e Republicanos é interpretada como um processo de mediação entre campo religioso, campo político e disputa

por legitimidade pública, com a recusa de leituras que reduzam o fenômeno à instrumentalização eleitoral, ao controle institucional automático ou à causalidade unidirecional.

O debate sobre neopentecostalismo brasileiro oferece uma primeira reflexão interpretativa para analisar o objeto. A IURD situa-se no interior de um neopentecostalismo marcado por forte capacidade de adaptação institucional, uso intensivo de meios de comunicação, ênfase na teologia da prosperidade e presença pública ampliada. A eficácia política da Igreja Universal relaciona-se à sua organização eclesial, à disciplina interna e à capacidade de mobilizar lideranças e fiéis em torno de projetos eleitorais. Essas contribuições permitem interpretar a inserção política da IURD como parte de uma trajetória histórica de expansão religiosa e institucional, e não como ocorrência episódica (Mariano, 2005; Oro, 2003a, 2003b).

Nesse horizonte, o neoconservadorismo evangélico brasileiro expressou-se também por meio de dispositivos midiáticos, discursos morais e estratégias de visibilidade pública. A presença de grupos evangélicos e a circulação de um discurso conservador nas eleições presidenciais de 2018 reforçou a necessidade de analisar as dinâmicas religiosas como componentes de mobilizações políticas mais amplas. A atuação política da IURD, nesse mesmo pleito, situou a instituição no interior de disputas eleitorais marcadas pela moralização do debate público, antipetismo e aproximações pragmáticas com o bolsonarismo (Cunha, 2016; Nogueira; Salgado, 2023; Paula, 2021).

5

A noção de capital simbólico é mobilizada para interpretar a passagem da autoridade religiosa para formas de reconhecimento político. Nesse sentido, a legitimidade construída no espaço religioso pode favorecer confiança, pertencimento e obediência simbólica, elementos que, quando articulados a estruturas partidárias, ampliam a capacidade de formação de candidaturas e de organização de bases eleitorais. A investigação não pressupõe a conversão automática do capital religioso em voto, mas considera sua atuação como recurso de mediação política em contextos de forte identificação comunitária (Bourdieu, 1989, 2007).

A análise discursiva considera que os discursos ultrapassam a expressão de posições e produzem efeitos de verdade, autorizam enunciadores e delimitam o que pode ser dito como legítimo em determinado contexto histórico. Essa perspectiva permite observar como enunciados religiosos e políticos constroem sentidos sobre família, moralidade, ameaça, nação, ordem social e autoridade pública. No caso examinado, obras institucionais, registros públicos

e fontes complementares de contextualização histórica e política são tomados como materiais de contextualização discursiva, e não como comprovação isolada de causalidade eleitoral (Foucault, 1999; Macedo; Oliveira, 2008).

Dessa forma, a análise do Republicanos como mediação institucional exige considerar a literatura sobre partidos políticos. As formas de organização partidária, a estrutura territorial, a profissionalização e a relação entre bases locais e direção nacional constituem elementos clássicos para interpretar a vida partidária. Esses elementos são relevantes porque o crescimento de uma legenda depende da articulação entre identidade ideológica ou religiosa e capacidade de organizar candidaturas, manter presença municipal, construir alianças e disputar recursos eleitorais em diferentes níveis federativos (Duverger, 1970).

A perspectiva histórica contribui para interpretar vínculos de reciprocidade, proteção, apadrinhamento e intermediação política como fenômenos recorrentes em diferentes formações sociais. No caso estudado, tais categorias são empregadas com prudência, como hipóteses interpretativas para observar redes de apoio e circulação de influência entre lideranças religiosas, mandatos, bases locais e espaços executivos. A finalidade, portanto, não é afirmar clientelismo sistemático sem investigação específica sobre trocas concretas; busca-se reconhecer que redes de sociabilidade e reciprocidade compõem parte do repertório da política brasileira (Burke, 2012).

6

Para discutir a dimensão conflitiva da política contemporânea, este estudo mobiliza a distinção entre antagonismo e agonismo. A centralidade da distinção entre amigo e inimigo permite analisar determinados repertórios políticos. Já a leitura democrática do conflito permite avaliar quando a disputa permanece no campo da divergência legítima entre adversários e quando assume a forma de combate moral contra inimigos considerados ameaças à ordem moral e política (Schmitt, 2009; Mouffe, 2015).

A reconfiguração da direita brasileira também integra o quadro interpretativo, sobretudo para situar a expansão de discursos conservadores, antipetistas, antiprogressistas e bolsonaristas no período posterior a 2016. A discussão sobre teologias do domínio e usos de Deus na política auxilia a explicar a circulação de linguagens religiosas que atribuem sentido moral e espiritual a conflitos políticos. Desse modo, a aproximação entre setores evangélicos, partidos de direita e pautas morais conservadoras é interpretada como parte de uma conjuntura ampla de

reorganização das forças políticas brasileiras (Cepêda, 2018; Rocha, 2021; Borges, 2023; Cassimiro; Lynch, 2022; Rocha, 2023; Araújo, 2025).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza histórico-analítica e de procedimento documental, articulada à sistematização de dados eleitorais (Godoy, 1995). O recorte temporal principal abrange o período de 2006 a 2022, pois contempla a primeira participação eleitoral do partido relacionado ao objeto de estudo e permite observar sua evolução em eleições gerais e municipais. O intervalo posterior a 2016 recebe atenção específica por coincidir com a intensificação da polarização política, a reorganização das forças de direita e a ascensão do bolsonarismo como fenômeno eleitoral e discursivo.

O corpus documental foi organizado em quatro conjuntos de fontes. O primeiro conjunto compreende bases públicas eleitorais e parlamentares, utilizadas como base empírica da pesquisa. O segundo reúne documentos partidários, informações institucionais do Republicanos e dados da Câmara dos Deputados. O terceiro é formado por obras e materiais associados à IURD, empregados para situar sua atuação religiosa, institucional e política. O quarto abrange registros públicos e fontes complementares de contextualização histórica e política do fenômeno analisado.

Para explicitar a rastreabilidade das informações empíricas, os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram coletados nas bases públicas de estatísticas eleitorais, filiação partidária e órgãos partidários disponíveis em seu portal institucional. Foram considerados os ciclos eleitorais gerais de 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022 e os ciclos municipais de 2008, 2012, 2016 e 2020, conforme o cargo analisado. As variáveis observadas compreenderam votos recebidos pelo partido, mandatos obtidos, filiações registradas e presença municipal por diretórios ou comissões provisórias. Para os dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), foram utilizados os levantamentos da Radiografia do Novo Congresso relativos às legislaturas de 2015-2019, 2019-2023 e 2023-2027, especialmente no que se refere à composição da bancada evangélica e à sua distribuição partidária.

A análise dos dados eleitorais foi organizada de modo longitudinal, permitindo comparar a evolução de mandatos, votos, filiações e presença municipal em diferentes ciclos eleitorais. Os resultados foram sistematizados em um quadro metodológico e em cinco tabelas,

privilegiando dados diretamente relacionados ao problema de pesquisa. Essa opção metodológica busca evitar dispersão descritiva e fortalecer a articulação entre evidências empíricas e interpretação analítica.

De forma complementar, a interpretação documental foi articulada à análise dos discursos públicos e institucionais relacionados à IURD e ao Republicanos. Esse procedimento permite observar a formação dos enunciados, os efeitos de verdade, as formas de autoridade simbólica e a construção de antagonismos políticos no espaço público. Por essa razão, a metodologia mobiliza a análise do discurso, a Sociologia da Religião e a teoria política como suportes interpretativos para relacionar dados eleitorais, práticas institucionais e produção de legitimidade (Foucault, 1999; Bourdieu, 1989, 2007; Schmitt, 2009; Mouffe, 2015).

Concluída a sistematização das fontes, foram definidas unidades de análise relacionadas a quatro eixos: expansão de mandatos; crescimento de votos; estrutura municipal e filiações; e presença na bancada evangélica. Tais unidades permitiram cotejar dados quantitativos públicos com interpretações históricas e discursivas, com vistas a interpretar o fenômeno em sua dimensão institucional, territorial e simbólica.

Quadro 1 - Classificação metodológica da pesquisa.

Critério	Classificação adotada	Aplicação ao estudo
Natureza	Histórico-analítica	Interpreta a expansão IURD- Republicanos em perspectiva temporal
Abordagem	Qualitativa	Examina documentos, discursos e literatura especializada
Procedimentos	Documental	Utiliza bases públicas, documentos partidários, material institucional e registros públicos
Sistematização empírica	Longitudinal	Compara dados eleitorais e partidários entre 2006 e 2022

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Por se tratar de uma pesquisa documental baseada em dados públicos, não houve interação direta com seres humanos nem coleta de informações pessoais sensíveis. Ainda assim, a análise buscou manter cautela metodológica, evitando transformar hipóteses interpretativas

em afirmações categóricas. Assim, expressões como “os dados sugerem”, “a análise aponta” e “observa-se convergência” foram empregadas para explicitar os limites inferenciais da investigação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Expansão de mandatos e capilarização eleitoral do Republicanos

Os resultados evidenciam crescimento consistente do Republicanos em diferentes níveis da competição eleitoral brasileira, tendo a evolução da bancada federal como um dos seus indicadores mais expressivos. Em 2006, o partido elegeu um deputado federal; em 2022, alcançou 40 cadeiras na Câmara dos Deputados. Movimento semelhante ocorreu nas assembleias legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, nas quais o número de representantes passou de 3, em 2006, para 76, em 2022. No plano municipal, o partido também ampliou significativamente o número de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos, com destaque para o avanço observado nas eleições de 2020.

Tabela 1 - Evolução dos mandatos do Republicanos por nível eleitoral, Brasil, 2006-2022.

Indicador	2006/2008	2010/2012	2014/2016	2018/2020	2022
Deputados federais	1	8	21	30	40
Deputados estaduais/distritais	3	18	33	42	76
Vereadores	779	1.207	1.620	2.591	-
Prefeitos	55	80	106	216	-
Vice-prefeitos	-	80	145	230	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A Tabela 1 evidencia que o crescimento do partido não ficou restrito a uma esfera específica. A ampliação ocorreu na Câmara dos Deputados, nos legislativos estaduais e no nível municipal. Esse padrão indica uma estratégia de capilarização territorial, na qual a presença local contribui para o fortalecimento de candidaturas estaduais e federais. A construção de presença territorial constitui dimensão decisiva da vida partidária, pois permite que a legenda articule direção nacional, bases locais e quadros intermediários. No caso do Republicanos, a expansão municipal indica que a legenda ampliou sua atuação para além da representação

parlamentar nacional, alcançando controle administrativo e presença cotidiana nas redes políticas locais (Duverger, 1970).

4.2 Votos, filiações e estrutura municipal

O crescimento dos mandatos foi acompanhado pelo aumento do volume de votos recebidos pelo partido. Nas disputas para deputado federal, os votos passaram de 185.817 em 2006 para 7.495.836 em 2022. Nas eleições para deputado estadual e distrital, o total passou de 171.105 para 6.631.086 no mesmo intervalo. O desempenho para o Senado, embora de forma menos regular, também apresentou crescimento expressivo em 2022.

Tabela 2 - Votos recebidos pelo Republicanos em eleições legislativas, Brasil, 2006-2022.

Eleição	Deputado federal	Senador	Deputado estadual/distrital
2006	185.817	264.155	171.105
2010	1.659.973	3.332.886	1.524.036
2014	4.296.885	301.162	2.284.180
2018	4.832.700	1.505.607	2.459.566
2022	7.495.836	4.259.279	6.631.086

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os dados da Tabela 2 indicam que a expansão do Republicanos resultou de um acúmulo eleitoral progressivo. A diferença entre 2006 e 2022 é particularmente significativa nas eleições proporcionais, nas quais a organização partidária e a capacidade de mobilizar bases locais são decisivas. O aumento de votos para deputado federal e estadual/distrital sugere que a legenda consolidou redes eleitorais relativamente estáveis, ainda que com variações regionais e dependência de alianças conjunturais.

Nas disputas para prefeituras, o partido passou de 1.519.543 votos, em 2008, para 5.010.399, em 2020. Nas eleições para governador, a série apresenta descontinuidade e registra salto expressivo em 2022, quando alcançou 11.056.917 votos.

Tabela 3 - Votos recebidos pelo Republicanos em eleições executivas, Brasil, 2008-2022.

Eleição	Prefeito	Governador
2008	1.519.543	-
2010	-	-
2012	2.567.100	-
2014	-	1.619.165
2016	3.892.989	-
2018	-	-
2020	5.010.399	-
2022	-	11.056.917

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2026).

A Tabela 3 complementa os resultados legislativos ao evidenciar o avanço da presença do Republicanos também em disputas executivas, especialmente no âmbito municipal. Esse dado é relevante porque a conquista de prefeituras amplia acesso a redes locais, cargos administrativos, alianças regionais e visibilidade institucional. No caso das eleições para governador, a irregularidade da série recomenda cautela interpretativa; ainda assim, o resultado de 2022 mostra que a legenda passou a disputar espaços executivos de maior alcance, articulando desempenho eleitoral, alianças estaduais e visibilidade nacional.

11

Além dos votos para cargos legislativos e executivos, a estrutura partidária municipal constitui outro indicador importante. Em 2006, o partido possuía órgãos em apenas 10 municípios. Em 2019, o número chegou a 1.495 municípios. A maior parte dessa estrutura era formada por comissões provisórias, o que evidencia capilaridade territorial acompanhada de baixa institucionalização local. As filiações também cresceram de forma relevante: passaram de 219.307 em 2010 para 492.734 em 2022.

Tabela 4 - Estrutura municipal e filiações do Republicanos, Brasil, 2006-2022.

Indicador	2006	2010/2011	2014/2015	2017/2018	2019/2020	2022
Municípios com órgão partidário	10	593	1.326	1.314	1.495	-
Diretórios municipais	0	0	0	193	2	-

Comissões provisórias	10	593	1.326	1.121	1.493	-
Filiados	-	219.307	295.106	365.643	478.759	492.734

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A Tabela 4 indica que a expansão territorial do Republicanos articulou crescimento rápido e institucionalização incompleta. A predominância de comissões provisórias demonstrou flexibilidade organizativa e, simultaneamente, limites para a formação de quadros locais estáveis. Essa configuração tende a favorecer alianças pragmáticas e candidaturas competitivas em curto prazo, sem garantir densidade programática ou participação orgânica equivalente à de partidos fortemente enraizados.

4.3 Bancada evangélica, religião pública e mediação partidária

A presença do Republicanos na bancada evangélica manteve-se significativa nas últimas legislaturas. Em 2015-2019, o PRB/Republicanos contava com 15 deputados na bancada; em 2019-2023, com 19; e em 2023-2027, novamente com 19. No mesmo período, o Partido Social Cristão (PSC), frequentemente associado a segmentos assembleianos, perdeu peso relativo. Já o Partido Liberal (PL) tornou-se a principal legenda da bancada evangélica na legislatura 2023-2027, em

12

Tabela 5 - Distribuição selecionada da bancada evangélica por partido, Congresso Nacional, 2015-2027.

Partido	2015-2019	2019-2023	2023-2027
PRB/Republicanos	15	19	19
PSC	9	2	-
PL	-	8	22
União Brasil	-	8	8
Outros partidos	49	43	19

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A Tabela 5 reforça que o Republicanos manteve posição destacada no campo parlamentar evangélico, mesmo quando outras siglas passaram a disputar a centralidade desse segmento. A permanência de sua bancada sugere que a legenda conseguiu preservar coesão e capacidade de

representação num contexto de fragmentação partidária e de deslocamento de parte do eleitorado evangélico para partidos associados ao bolsonarismo. Nesse aspecto, a presença religiosa na política não se limita ao momento eleitoral, pois envolve redes institucionais, moralidades públicas, comunicação e produção de pertencimento (Mariano, 2005; Oro, 2003a, 2003b; Cunha, 2016; Paula, 2021).

Os resultados permitem afirmar que a relação entre IURD e Republicanos corresponde a um processo de construção político-institucional. A expansão do partido decorre da combinação entre identificação religiosa, redes de sociabilidade, visibilidade pública, profissionalização eleitoral, alianças partidárias e capacidade de formular candidaturas competitivas. A presença da IURD fornece capilaridade social e capital simbólico, enquanto o Republicanos oferece a forma institucional por meio da qual esse capital pode ser convertido em mandatos, cargos e influência pública.

4.4 Capital simbólico, antagonismo e limites democráticos

O conceito de capital simbólico ajuda a interpretar esse processo. A autoridade religiosa não se traduz automaticamente em voto, mas pode produzir confiança, reconhecimento e sentido de pertencimento. Quando lideranças religiosas, candidatos e estruturas partidárias convergem, forma-se um circuito de legitimação que aproxima crença, disciplina institucional e participação eleitoral. Os dados de mandatos, votos e filiações sugerem que esse circuito se fortaleceu ao longo dos ciclos eleitorais analisados (Bourdieu, 1989, 2007).

A existência de vínculos históricos entre IURD e Republicanos não autoriza afirmar controle total e permanente da Igreja sobre o partido. Os dados sustentam, com maior precisão, a existência de forte convergência entre interesses institucionais, circulação de lideranças, afinidades programáticas e estratégias eleitorais. Essa cautela é necessária porque o partido também opera no sistema político brasileiro, realiza alianças pragmáticas, disputa recursos eleitorais e adapta sua posição conforme conjunturas locais e nacionais.

Outro ponto relevante é a relação entre discurso religioso, moralidade pública e antagonismo político. A política pode ser organizada pela distinção entre amigo e inimigo. No contexto analisado, determinados discursos vinculados à direita religiosa brasileira apresentaram a esquerda, o comunismo, o feminismo, os direitos sexuais e reprodutivos e as pautas LGBTQIA+ como ameaças morais. Essa operação discursiva ultrapassa a IURD e o

Republicanos, integrando um repertório político mais amplo, reforçado pela polarização posterior a 2016 (Schmitt, 2009).

A distinção entre antagonismo e agonismo oferece um contraponto importante para esta análise. Em uma democracia pluralista, adversários podem disputar projetos de sociedade sem que sejam convertidos em inimigos a serem eliminados. Quando a disputa política passa a ser formulada como combate moral absoluto, o debate público tende a perder sua capacidade de mediação institucional. Nesse sentido, a investigação aponta que parte da retórica político-religiosa observada no período tensiona o pluralismo democrático ao deslocar divergências programáticas para o campo da ameaça à ordem moral e política (Mouffe, 2015).

O encontro com o bolsonarismo intensificou esse processo. A aproximação entre setores evangélicos, partidos de direita e a candidatura de Jair Bolsonaro, em 2018, envolveu cálculos e convergências programáticas, sem se reduzir a oportunismo eleitoral. Ela envolveu convergência em pautas morais, oposição ao petismo, defesa de valores familiares tradicionais e crítica a agendas progressistas. No caso do Republicanos, a aliança com esse campo político ocorreu sem dissolver sua identidade partidária, o que ajuda a explicar sua continuidade eleitoral após 2022 (Cepêda, 2018; Rocha, 2021; Borges, 2023; Cassimiro; Lynch, 2022; Rocha, 2023; Nogueira; Salgado, 2023; Paula, 2021).

A discussão sobre clientelismo exige igual prudência. A literatura histórica permite interpretar vínculos de apadrinhamento e reciprocidade como formas recorrentes de organização política. No caso examinado, os dados mostraram a existência de redes de apoio, proteção e troca política, especialmente nas relações entre bases locais, lideranças religiosas, mandatos legislativos e acesso a espaços executivos. Entretanto, a caracterização de clientelismo sistemático exigiria investigação empírica específica sobre práticas concretas de troca, distribuição de recursos e dependência política. Neste artigo, portanto, o termo é utilizado como hipótese interpretativa e não como conclusão definitiva (Burke, 2012).

A laicidade também aparece como questão transversal. A presença de atores religiosos na política é legítima em regimes democráticos, desde que submetida às regras comuns da competição eleitoral e ao respeito aos direitos fundamentais. O problema emerge quando a representação religiosa se transforma em pretensão de orientar o Estado por uma visão moral exclusiva. A articulação IURD-Republicanos, ao combinar expansão eleitoral, discurso moral e

inserção institucional, torna-se objeto relevante para observar os limites entre participação religiosa legítima e disputa por hegemonia normativa no espaço público.

Destarte, a contribuição principal do artigo está na demonstração empírica da expansão do Republicanos e na interpretação cautelosa de sua articulação com a IURD. O estudo desloca a análise de afirmações genéricas sobre “poder religioso” para indicadores concretos de crescimento partidário. Ao mesmo tempo, evidencia que os números somente ganham densidade explicativa quando interpretados em relação a discursos, alianças, formas de mobilização simbólica e transformações recentes da direita brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a expansão político-eleitoral do Republicanos em articulação com a atuação pública da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil contemporâneo. Os dados examinados demonstram crescimento expressivo da legenda entre 2006 e 2022, com ampliação de mandatos legislativos, votos, filiações e presença municipal. A ampliação ocorreu de forma relativamente contínua e alcançou diferentes níveis da federação, o que permite inferir estratégia de capilarização territorial e consolidação institucional.

A hipótese inicial foi confirmada de modo parcial e qualificado. Os dados permitem inferir forte associação entre capilaridade religiosa, estrutura partidária e desempenho eleitoral. No entanto, a relação entre IURD e Republicanos não deve ser tratada como vínculo simples, mecânico ou unilateral. Trata-se de uma construção política complexa, marcada por convergências institucionais, circulação de lideranças, afinidades discursivas, alianças pragmáticas e adaptações ao sistema partidário brasileiro.

A análise também mostrou que a expansão eleitoral do Republicanos ocorreu em paralelo à intensificação de discursos de antagonismo político, especialmente no período posterior a 2016. A aproximação com o campo bolsonarista ampliou a visibilidade de pautas morais conservadoras e fortaleceu formas de mobilização baseadas na oposição a inimigos políticos e culturais. Essa dinâmica deve ser analisada criticamente, pois a conversão de adversários em inimigos pode limitar o pluralismo, empobrecer a mediação democrática e tensionar os fundamentos normativos da laicidade estatal.

Conclui-se que a articulação entre IURD e Republicanos constitui um objeto relevante para a análise das transformações recentes da política brasileira. O fenômeno demonstra como

atores religiosos podem participar da competição eleitoral, formar estruturas partidárias, disputar representação institucional e influenciar agendas públicas. Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de pesquisas futuras sobre práticas locais de mobilização, financiamento, circulação de lideranças, trajetórias parlamentares e impactos concretos dessa presença religiosa sobre políticas públicas e sobre a laicidade do Estado. O caso analisado evidencia que a presença religiosa na política brasileira contemporânea não pode ser reduzida a fenômeno episódico, exigindo análises que articulem religião, institucionalidade partidária e disputas por legitimidade no espaço público.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Samuel. “O ataque dos clones”: expansões e transformações nas teologias do domínio. In: PASSOS, João Décio (org.). **Teologia do domínio e usos de Deus na política**. São Paulo: Ideias e Letras, 2025. p. 71-109.

BORGES, André. Antipetismo, antipartidarismo e mobilização eleitoral: determinantes de apoio à nova direita antiestablishment. In: BORGES, André; VIDIGAL, Robert. (orgs.). **Para entender a nova direita brasileira: polarização, populismo e antipetismo**. Porto Alegre: Zouk, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Coimbra: Edições 70, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Quem são os deputados**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>. Acesso em: 13 maio 2026.

CASSIMIRO, Paulo Henrique; LYNCH, Christian. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

CEPÊDA, Vera Alves A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801>. Acesso em: 13 maio 2026.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Perseu: História, Memória e Política**, São Paulo, v. 7, n. 11, p. 147-166, 2016. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/112>. Acesso em: 13 maio 2026.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Radiografia do novo Congresso**: legislaturas 2015-2019, 2019-2023 e 2023-2027. 8. ed. Brasília, DF: DIAP, 2023. Disponível em: <https://www.diap.org.br/>. Acesso em: 13 maio 2026.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder**: Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2005.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NOGUEIRA, Leo; SALGADO, Tathiana. Atuação das religiões evangélicas e do discurso conservador nas eleições presidenciais de 2018, no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 16, n. 46, p. 115-145, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/69150/751375156460>. Acesso em: 13 maio 2026.

ORO, Ari. Pedro. Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 97-109, 2003a. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/112>. Acesso em: 13 maio 2026.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/n7JKdMPyTKH7yBBFSgr6PhP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2026.

PAULA, Tiago Franco de. **Deus acima de tudo**: a atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais de 2018. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/42663/1/2021_TiagoFrancodePaula.pdf. Acesso em: 13 maio 2026.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

ROCHA, José Cezar de Castro. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais**. Brasília, DF: TSE, 2025. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 13 maio 2026.